



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1453/07	DATA: 6/9/2007
INÍCIO: 10h29min	TÉRMINO: 11h57min	DURAÇÃO: 1h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h28min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

<b>SUMÁRIO:</b> Apreciação de requerimentos constantes da pauta.
--

OBSERVAÇÕES
Há palavra ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Declaro aberta a 5ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.

Inicialmente, quero agradecer a presença a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Em discussão a ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dando seguimento aos trabalhos, informo que a nossa pauta tem como primeiro item a exposição, pelo Sr. Relator, dos atos praticados pelas diligências realizadas no Município de Ponte Nova e no Presídio Dênio Moreira de Carvalho, no Município de Ipaba, em Minas Gerais.

Em acordo com o Sr. Relator, fica retirada de pauta a presente discussão...

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Pela ordem, Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, tomei conhecimento do relatório na tarde de ontem. Aqui consta o meu nome como se de acordo estivesse com o seu conteúdo. Quero dizer, defronte ao Sr. Relator desta Comissão, que esse relatório não condiz com a verdade dos fatos. Não concordo com os seus termos, ele não traduz a realidade dos trabalhos efetuados naquela cidade, em Ipaba, e não me foi submetido o texto para distribuição.

Portanto, eu penso que V.Exa. deveria retirá-lo, para submeter aos demais membros da CPI que lá foram com V.Exa. — não sei se o Deputado Alexandre Silveira concorda com os termos do relatório, mas penso que também não —, porque, sinceramente, com toda a sinceridade, sou obrigado a dizer a V.Exa.: não vejo aqui a tradução exata daquilo que lá ocorreu. De forma que eu também indago a V.Exa. se não teria sido saudável, para a boa convivência desta Comissão, se V.Exa. tivesse submetido aos demais membros que o acompanharam até Ipaba, a fim de fazer um relatório que fosse exatamente o extrato daquilo que nós verificamos lá.

De forma que não posso concordar com ele e quero que isso fique registrado em ata. Fica aqui a minha disposição de contrariar firme e frontalmente os termos



desse relatório, que, para mim, não condiz com a realidade das diligências efetuadas naquela cidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, tem a palavra o Deputado Alexandre Silveira.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Eu sou obrigado a concordar em parte com o Deputado Paulo Abi-Ackel, até porque também estou tomando conhecimento do relatório neste exato momento. E pela pequena, modesta experiência que tenho na área da segurança pública, eu tenho uma visão muito cartesiana dessas apurações.

Eu acho que nós somos integrantes de uma CPI fundamental para o País, oportuna. O Deputado Domingos Dutra foi muito feliz em propor esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, eu acho que nós temos que ter muito cuidado com relação a fatos determinados e específicos, como é o caso que aconteceu em Minas Gerais.

No nosso entendimento, a grande possibilidade de avanço desta CPI é exatamente a possibilidade de ela não ser partidarizada, de nós fazermos uma CPI que busque propor soluções para esse sistema nacional completamente falido, que é o sistema carcerário do nosso País. Portanto, por tomar conhecimento agora e já ver, só de folhear aqui, que nós não podemos nos basear em rumores, em possibilidades, até porque nós estamos citando nomes, eu sugiro ao Deputado Domingos Dutra que submeta seu relatório principalmente àqueles que o acompanharam, antes de apresentá-lo para votação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, primeiro acho que temos de ter tranquilidade nesta Comissão. Este plenário é testemunha de que todas as ponderações feitas até agora, nós aceitamos. O Deputado Abi-Ackel e o Deputado Alexandre fizeram gestões para que não se fizesse a audiência pública, a segunda diligência, na Assembléia em Belo Horizonte. Nós aceitamos. Tentamos botar em Ipatinga, os 2 Deputados disseram: "*Não, vamos fazer na penitenciária*". Nós acabamos indo para dentro da penitenciária e fazendo uma audiência que não



foi pública, porque as audiências de Comissão, desde que não se delibere que elas sejam reservadas, são públicas. E fazer uma audiência dentro de penitenciária é não ser pública. E nós aceitamos, porque os 2 Deputados... Nós compreendemos que havia um receio de que tentássemos usar a CPI contra o Governador de Minas Gerais. E nós fomos para dentro da penitenciária, frustramos o caráter de audiência pública para não ter problema.

Segundo, eu discordo do Deputado Abi-Ackel. Tudo o que está aqui está documentado. Se quiserem examinar as notas taquigráficas, examinem. O Deputado Abi-Ackel não participou da primeira diligência e participou pouco da segunda, portanto, não tem condições de fazer contestação daquilo que ele não participou.

Terceiro, na última audiência, eu fiz requerimento convidando uma série de Governadores do PT, do PMDB, do PSDB, mas a bancada do PSDB fez ponderações. Nós recuamos e retiramos o requerimento.

Aqui também não me foi dito que o relatório do Relator tenha de ser obrigatoriamente negociado com membros de Comissão. Se negocia aqui no plenário. Eu tenho feito ponderações, mas se quiserem fazer disputa política na CPI, se quiserem trazer para dentro da CPI a arenga política do Democratas e do PSDB, vamos fazer a disputa política. Se não quiseram investigar presídio em São Paulo, onde tem o PSDB, do José Serra, se não quiseram fazer em Minas Gerais, do Aécio Neves, porque acham que tem de ser blindado, vamos fazer a disputa política. Porém, eu não aceito, primeiro, eu não aceito o tom que o Deputado Abi-Ackel usou aqui. Nós somos Deputados, não sou moleque dele. Não aceito reprimenda, sou Deputado igual ao senhor e não aceito dizer que aqui tem inverdade. Afinal de contas, morreram ou não morreram 25 pessoas numa delegacia? Afinal de contas, usaram ou não usaram arma na delegacia? Foi apreendido um revólver ou não foi? Havia entrada de facas ou não havia? Havia apreensão de drogas ou não havia? Havia uma delegacia em local inadequado ou não havia? Portanto, eu não aceito que se diga que aqui tenha alguma coisa que não tenha sido fruto da apuração.

Eu fui cauteloso. Fui em Ipaba, registrei aqui que a penitenciária de Ipaba é uma penitenciária decente. Agora, é impossível eu vir aqui dizer que não morreram presos, que não usaram álcool ou alguma substância inflamável no presídio; dizer



que não havia tráfico de drogas; não dizer que havia poucos funcionários. Pelo amor de Deus!

Então, eu peço ao Deputado Abi-Ackel que se quisermos tratar aqui de forma civilizada, eu vou tratar de forma civilizada; se for para a disputa política, nós vamos para a disputa política; se quiserem acabar a CPI, não quiserem ver o caos do sistema carcerário, se acaba a CPI. Agora, também não aceito esse tom que foi usado aqui, porque não é o tom da cortesia, não é o tom do decoro parlamentar que deve ser usado na CPI.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Para a réplica, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Paulo Abi-Ackel com a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer a V.Exa., Sr. Relator, que aqui não se traduz nenhum desejo de fazer reprimenda. Se V.Exa. assim entendeu, parece que a carapuça lhe serviu. Muito pelo contrário, tenho por V.Exa. o maior respeito e pretendo ter consigo aqui nesta CPI o melhor dos relacionamentos.

Ocorre que quando V.Exa. fala em disputa política, eu vejo mesmo nesta CPI um enorme desejo de se fazer disputa política, sim. Tanto vejo que tive grande surpresa quando vi quase aprovada, ou aprovado às pressas, ao atropelo, a audiência pública para ouvir 6 presos que se encontravam na penitenciária de Ipaba, local onde tem pista de pouso iluminado para vôos noturnos, inclusive. V.Exa. e o Presidente queriam transferi-los para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de tal sorte que lá pudesse estabelecer, sim, o debate político em relação a um tema que deveria merecer de nossa parte a cautela daqueles que zelam pela ciência, pelos estudos jurídicos, pelos estudos que devem, inclusive, respeitar os direitos humanos, dos quais V.Exa. é um dos maiores defensores. V.Exa. e o Sr. Presidente desta Comissão queriam submeter 6 presos a uma verdadeira execução na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Queriam, primeiro, colocá-los sob risco, para que eles fossem estrada a fora, sob o aviso da Polícia Militar mineira de que ali se fazia efetivamente um risco à vida deles, à integridade física e moral deles, porque eles estariam sendo submetidos, inclusive, à exposição pública da imprensa. E V.Exa. e o Sr. Presidente, talvez por pouca percepção dessa matéria, até por



talvez não terem a formação jurídica ou a formação no setor institucional policial, V.Exa. e o Sr. Presidente não se aperceberam desse detalhe. Daí a minha tentativa de convencê-los de que era arriscado, sob todos os aspectos, tirar os presos, aqueles que não foram vitimados no episódio de Ponte Nova, para viajarem cerca de 150 quilômetros para serem submetidos a um verdadeiro circo, que era o que efetivamente poderia se transformar essa audiência pública na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde é impossível se fazer um trabalho produtivo, na medida em que não se pode proibir o acesso dos 70 Deputados Estaduais ao plenário da Casa ou ao plenário da CPI.

Em segundo lugar, se disputa política tivermos que fazer, Sr. Relator, vamos fazer, não tem o menor problema. Nós temos de investigar também as instalações da carceragem da Polícia Federal, onde todo mundo sabe que não são muito diferentes as condições de tratamento, de respeito ao ser humano como são nas carceragens estaduais. Ou quem sabe V.Exa. talvez não queira investigar o Maranhão? Eu não teria nenhum problema de fazer uma diligência ao sistema penitenciário de São Luís. Nenhum problema! E sei que V.Exa. é da base do Governo Estadual. Mas não é esse o caso. Em momento nenhum entrei com requerimento nesse sentido.

Agora, o que V.Exa. ouviu em Ipaba, no depoimento daquelas pessoas, daquelas testemunhas que lá estiveram, daqueles presos que lá estiveram é que ali havia, sim, uma rixa entre 2 grupos. V.Exa. ouviu, e ouviu junto comigo, porque lá, ao contrário do que V.Exa. está dizendo, passei mais de 9 horas ao seu lado. Lá, V.Exa. ouviu que o que havia ali era uma rixa entre 3 presos, que entraram em atrito e que resolveram colocar fogo na cela do outro, e que o fogo foi-se estendendo como que um acidente fatal e lamentável. Mas não houve ali nenhuma chacina. V.Exa. ouviu isso, e isso não está no relatório. Ali, esse mesmo preso disse que o que aconteceu foi episódico, que a polícia era merecedora de todo o respeito, que não havia nenhum delegado envolvido, muito pelo contrário; disse que não havia regalias, que o tratamento era condigno e que, se não fosse uma substância médica ou medicamentosa, o fogo não teria se alastrado, e que essa substância lá dentro se encontrava para tratamento da saúde dos presos. Isso também não está no seu relatório. Então, V.Exa. me permita o tom, mas quero dizer...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Acho que V.Exa. não leu, porque está registrada a questão dos líquidos nas passagens.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Não nos termos... V.Exa. está dizendo que a substância foi usada para colocar fogo na cadeia. Não é isso. Aquilo foi episódico. Houve, efetivamente, uma situação lamentável dentro do presídio, mas derivada de uma série de circunstâncias que, somadas, acabaram gerando um incêndio na cela e depois na cadeia.

Então, eu penso, Sr. Relator — e aqui quero dizer que tenho muito respeito por V.Exa., pela sua biografia —, que V.Exa. não pode dar como certo um relatório quando 4 pessoas estiveram presentes e 2 discordam e dar publicidade a ele, dar entrevista à Rede Globo sobre ele; divulgar para a imprensa um relatório que tem... quando o senhor faz referência a 4 Parlamentares, dos quais 2 discordam. V.Exa. tinha que ter discutido, sim. Perdoe-me a sinceridade. E aqui não é franqueza, é sinceridade.

V.Exa. ainda é merecedor do meu respeito, ainda pretendo ter com V.Exa. o melhor dos relacionamentos nesta CPI, para um trabalho técnico, para um trabalho que vise efetivamente esta Comissão apresentar uma solução para a grave situação do sistema carcerário nacional. V.Exa. e o Sr. Presidente deveriam ter a cautela de antes de fazer um relatório e distribuir à imprensa tal qual fosse de comum acordo com os 4 Deputados que lá estavam presentes, submetê-los aos outros 2, que sequer tomaram conhecimento do seu conteúdo. Mas V.Exa. divulgou para a imprensa.

Repudio esse ato e quero dizer a V.Exa.: se nós tivéssemos sentado os 4 para produzir um relatório, teríamos feito um relatório efetivamente científico, técnico, efetivo para a solução do problema nacional, e não um relatório que pode ser observado e considerado como um relatório que visa, sim, à discussão política, porque faz referência a episódios, gera suspeita sobre policiais, sobre delegados de polícia, e não houve em Ipaba nenhum depoimento que colocasse a Polícia Civil de Minas Gerais sob qualquer dúvida de comportamento. Esse relatório deixa margem a essa interpretação.

Mas aqui não vou detalhar, Sr. Relator. Eu poderia falar aqui sobre 50 ou 70 itens dos quais discordo, porque V.Exa. viu de uma maneira e eu vi de outra. Agora,





eu só quero dizer para V.Exa. que existe um que é indiscutível. É que estavam lá 4 Deputados e V.Exa. distribuiu o relatório sem que 2 Deputados tivessem conhecimento do seu conteúdo. E com isso, V.Exa. vai me desculpar, não posso concordar nem agora, nem no futuro dos trabalhos desta Comissão, que, aliás, Sr. Relator, precisa ter maior respeito à formalidade, ao formalismo. Aqui estamos tratando dos procedimentos de uma maneira extremamente informal, e é preciso parar com isso, porque se não pararmos com isso, aí, sim, esta CPI não vai chegar a lugar nenhum.

Então, faço aqui a V.Exa. um apelo para que doravante tenhamos maior cuidado com as formalidades necessárias para que possamos concluir e apresentar uma boa solução para o grave problema carcerário nacional, tanto estadual, quanto federal; tanto das delegacias e penitenciárias estaduais, quanto das delegacias da Polícia Federal; tanto de Minas Gerais quanto do Maranhão, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, enfim, de todo o Brasil. Não estamos aqui fazendo debate político. Temos, sim, que encontrar uma solução para esse problema. E fazendo como V.Exa. fez, distribuindo um relatório do qual 4 participaram das diligências e 2 não tomaram conhecimento, Sr. Presidente, V.Exa. vai me desculpar, mas nós não vamos chegar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Primeiro, uma questão de ordem. Eu concordei em retirar o relatório, que teve a sua leitura iniciada na última sessão, para se tentar construí-lo na terça-feira. Portanto, se já concordei, acho que não tem sentido continuar a discussão. Mas só em respeito ao Deputado Abi-Ackel, quero dizer a S.Exa. que esse relatório não foi entregue à imprensa. Esse relatório foi entregue à Comissão e só foi distribuído na hora que exauriu a votação dos requerimentos; quando entrou na pauta a leitura do relatório é que mandamos distribuir para os Parlamentares. Portanto, não houve distribuição à imprensa. Como a sessão é pública e ele foi distribuído a todos os Parlamentares que aqui estavam, logicamente, se transformou num documento público. Portanto, não houve distribuição para a imprensa antes da audiência.





Segundo, com relação ao Maranhão, se depender de mim, visitaremos todos os Estados do Brasil; se depender de mim, vamos aonde tiver problema. Se tiver na Polícia Federal, vamos à Polícia Federal; se tiver no SNI, vamos ao SNI, porque não há objetivo outro que não seja desvendar, atualizar essa radiografia e oferecer sugestões. Portanto, da minha parte, Deputado Abi-Ackel, eu não estou aqui como Deputado do PT pedindo uma CPI dirigida a este ou àquele Estado. Nós temos que ir aonde tiver problema. Minas Gerais levou a esse fato porque surgiu uma tragédia. Quem solicitou a ida a Minas foi o Deputado Raul Jungmann, eu não estava presente. Portanto, longe de nós aqui dirigir qualquer tipo de ação para este ou aquele Estado.

Sr. Presidente, queria apenas esclarecer ao Deputado que não houve distribuição para a imprensa; houve distribuição para a Comissão. Segundo, o Maranhão está à disposição, faço questão que vá.

Sugiro, Sr. Presidente, já que foi retirado, que continuemos a Ordem do Dia normal, e terça-feira sentamos para discutir. Mas também observo que, não havendo acordo, a matéria vem para cá e o Plenário é soberano para modificar o relatório. Pelo que eu sei — o Deputado Carlos Sampaio é experiente —, apresenta-se um relatório e o Plenário é soberano para aditar, suprimir ou acrescentar. Não há necessidade, obrigatoriamente, de se fazer acordo prévio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, eu havia me inscrito, não sei se há outro inscrito na minha frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Agora tem a palavra o Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, eu serei breve. Eu procuro e gosto de fazer intervenções as mais sucintas de modo a que todos possam ter acesso à palavra, à opinião, e que se possa andar.

Estou preocupado e quero registrar minha preocupação, Deputado Dutra, com o clima de beligerância que começou a se instalar nesta CPI a partir de sua segunda sessão, a sessão de terça-feira passada.

A questão se localizou em Minas Gerais e contou com a participação de Parlamentares mineiros. Tendo em conta a dimensão da tragédia, é natural que



todos estejam muito sentidos e, enfim, preocupados em dar solução a essas questões.

Eu não posso opinar sobre essa querela entre o Deputado Dutra e o Deputado Abi-Ackel porque não estive em Minas Gerais. Não estive em Minas, não sei se o conteúdo do texto reproduz a realidade dos fatos ou não. Também não quero entrar nesse aspecto. Eu só queria chamar a atenção dos nossos ilustres pares, porque nós temos uma oportunidade, que eu diria histórica, de conseguirmos visualizar e sistematizar as situações e problemas do sistema carcerário nacional.

Estamos numa Casa política, mas não acho que nós devamos agir aqui... Nós somos membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós não somos representantes do PSDB ou do partido Democratas, que é o meu caso, ou do PT, e devamos agir... porque isso é ser um espírito de porco. Não é possível que tragamos também para o seio desta CPI a mediocridade que estamos observando lá no plenário da Casa, que nos envergonha muito pela nossa inação e pela pouca ação em solucionar problemas que são do interesse da sociedade.

Então, Sr. Presidente, eu queria registrar aqui uma solicitação. Nós não podemos partidarizar essa questão. Aliás, a isenção é fundamental. Quem não é isento não pode julgar. Devemos procurar ser isentos, em benefício da sociedade brasileira. Noto que essa beligerância que se instala e essa partidarização é danosa, ela não é boa.

Por outro lado, não vejo problema de que esta CPI encaminhe sugestões a Governadores de Estado. Vamos encaminhar a quem? À cúria? Ao prelado? À associação de moças das universidades católicas? Nós temos é que mandar sugestões, sim, para os governos dos Estados, para a União, para o DEPEN e para os governos estaduais, porque o problema que ocorreu, desgraçadamente, em Minas Gerais pode perfeitamente acontecer amanhã em qualquer outro Estado, porque a situação carcerária, embora nós não sejamos especialistas — pelo menos eu não sou —, é dramática.

Acho que devemos todos, V.Exas. inclusive, Deputado Domingos Dutra e Deputado Abi-Ackel, nos comportar como representantes dos cidadãos, que não querem saber de quizilas de PT, de PMDB, de PSDB; eles querem uma solução



vertical. E essa solução vertical a nós é dado o direito de obter e de implementar. E é isso que acho que devemos fazer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, eu queria inicialmente fazer o registro de que percebi por parte do Relator, desde o início das nossas conversas, uma vontade de realmente trilhar um caminho de aprimoramento do sistema carcerário, sem partidizar, sem politizar. Mas aqui queria fazer um registro, Sr. Relator, e até dizer a V.Exa. que essa indignação externada pelo Deputado Paulo Abi-Ackel é fruto de uma seqüência de informalidades que por vezes acabam por macular o trabalho da CPI.

A primeira visita feita por V.Exa. e pelo Presidente Neucimar quando do episódio foi oportuna. Não se questionou o fato de os Deputados não terem sido convidados, porque foi um caso emergencial; ao contrário, V.Exas. agiram muito bem. Em seguida, teve o episódio da convocação para a Assembléia de Belo Horizonte. Não foi um acordo político celebrado entre PSDB e PT ou qualquer outro partido. O que pautou a ida das oitivas para o presídio foi o bom senso. Todos concordamos que seria uma questão de movimentação de presos, agentes policiais, no centro de Belo Horizonte, dentro de uma Casa Legislativa, que não seria o melhor local. Não se quis tirar a publicidade do ato, mas, sim, garantir segurança a todos aqueles que efetivamente residem ao redor, particularmente no Município de Belo Horizonte.

Nessa ida para Ipaba, Sr. Relator, por incrível que pareça, nenhum dos Parlamentares com os quais eu conversei foram convidados. Eu não sabia data, não sabia horário, e soube que saiu daqui um vôo às 5 e meia da manhã, que estava marcado para as 8 e meia — me contaram que estava marcado para as 8 e meia. Eu não fui convidado. Eu não conheço, nas 2 CPIs em que fui Sub-Relator, não conheço um único episódio onde visitas são feitas, particularmente audiências onde são ouvidas testemunhas, sem o convite aos demais membros da Comissão. É até provável que o Relator ou o Presidente coloquem a visita em pauta e chegemos à conclusão de uma Comissão restrita. Mas isso tem que ser objeto de uma



discussão. E não foi. A informalidade pautou a ida a Ipaba, o que não pode efetivamente reinar aqui na atuação desta CPI.

Com relação ao relatório propriamente dito, não se trata de o Relator ter que submeter o seu relatório a uma anuência prévia daqueles que visitaram para só então colocá-lo em votação. Não é esse o caso. É que, pelas experiências de CPIs anteriores, nós verificamos que, todas as vezes que havia uma visita pública a qualquer local ou uma audiência pública, o Relator, antes de passar a sua percepção sobre os fatos que lá se passaram, conversava com aqueles que lá estiveram para ver se a percepção era a mesma, para haver um consenso, deixando para o debate aqui do Plenário única e exclusivamente aquilo em que havia de fato um dissenso. Suponhamos que V.Exa. pensava daquele jeito e o entendimento do outro Deputado que visitou era de forma diversa. Aí, sim, temos um debate aqui sadio sobre pontos, porque senão, Sr. Relator, chegaríamos ao ponto de discutirmos tópicos do relatório, o que não seria saudável para a agilidade e para o propósito de V.Exa., que é justamente o de apresentarmos uma solução para o País.

A título de ilustração, eu faço apenas um registro com relação aos obstáculos enfrentados pela Comissão que lá esteve. Um dos obstáculos enfrentados por V.Exas. está assim, item “b”; um dos obstáculos foi *“o pacto de silêncio e de indiferença entre agentes públicos e aliados que trabalham e convivem na delegacia e na cadeia, que representou um grande obstáculo ao esclarecimento dos fatos ocorridos na madrugada do dia 23”*. Veja, V.Exa. fala de indiferença entre agentes públicos aliados que trabalham em delegacias e em cadeias. V.Exa., sem se aperceber, certamente, mas colocou uma mácula sobre toda a Polícia de Belo Horizonte: agentes públicos aliados que convivem em delegacias e também em cadeias públicas.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Qual é a página, Deputado?

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Página 10. Se nós pudéssemos ter uma maior formalidade, esse texto poderia ser aprimorado, porque eu entendi o que V.Exa. quis dizer. Mas talvez pontuássemos a indiferença deste agente, a indiferença deste delegado de polícia. Mas não da forma como está colocado aqui, senão todos estão sob suspeita. Aí o porquê da idéia apresentada pelo Deputado



Paulo Abi-Ackel de se fazer uma conversa *a priori* para que viesse a plenário tão-somente o que não fosse fruto de consenso.

Por último, Sr. Relator e Sr. Presidente, até por minha formação jurídica, como promotor de Justiça, e por ter participado de duas CPIs, confesso que eu fico preocupado quando eu percebo que uma CPI tem o seu corpo técnico, mas nós não o conhecemos. Para ser muito sincero, o êxito das CPIs das quais participei decorreu eminentemente do trabalho da assessoria técnica da Mesa. Os assessores técnicos têm um papel fundamental, nos subsidiam em tudo. Eu gostaria de conhecê-los. Gostaria de saber a metodologia de trabalho. Quem está incumbido do quê? Qual é a função de cada um deles? Eu não sei absolutamente nada. Eu não sei a quem me reportar.

Sr. Relator, faço aqui uma sugestão. Todas as CPIs tinham a sub-relatoria de sistematização. O que é sub-relatoria de sistematização? Aprovamos aqui vários requerimentos, Sr. Presidente, de pedidos de informações, vários requerimentos de audiências e oitivas, vários requerimentos de documentos a serem fornecidos pela Polícia Civil, pela Polícia Federal, enfim. É preciso haver alguém que sistematize, que organize tudo que vem para dar ao Relator elementos para que ele possa efetivamente fazer um relatório embasado em todas as informações que vieram para a CPI. Então, é importante que tenhamos essa sistematização.

Por último, aqui reitero a indignação do Deputado Paulo Abi-Ackel, que foi uma indignação de todos nós diante de um conjunto de informalidades que acabou, a nosso ver, gerando um relatório que poderia ser fruto de uma conversa saudável, para evitarmos um debate de itens em que há consenso. Peço, então, que retomemos a idéia inaugural, que voltemos a trilhar o caminho da busca de uma solução concreta, na linha do que propôs o Relator e do que propôs o próprio Deputado Abi-Ackel.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, eu queria...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria repetir que é importante passar para o outro item da pauta e também agradecer ao Deputado Carlos Sampaio, que deu várias sugestões.



Quero falar sobre 2 pontos. Primeiro, no dia em que a CPI estava sendo instalada surgiu a tragédia, portanto, houve muita coisa atropelada. Só para V.Exa. ter uma idéia, na audiência de Ponte Nova, foram ouvidas testemunhas, e umas ouvindo as outras. Mas tudo isso foi decorrente dessa emergência.

Segundo, no momento apropriado, vou justificar para V.Exa. a questão do pacto de silêncio, porque vou manter isso aqui, eu tenho elementos para dizer que houve. E aqui não se está ampliando para todo o sistema. É na delegacia e na cadeia de Ponte Nova. Aqui não se está ampliando para o sistema. Mas deixemos isso para um momento apropriado. Vou explicar para todos os termos que existem aqui, não me nego. O Deputado Abi-Ackel sabe que eu não me nego em nenhum momento. Aquilo que for ponderado, que eu notar que é razoável e que vai servir para avançar a CPI, longe de mim criar qualquer obstáculo para manter uma palavra, uma expressão. Até porque não sou de Minas, não conheço ninguém, portanto, não tenho nenhum motivo para atingir qualquer tipo de político ali. E acho que o Governador de Minas Gerais está tão forte que não vai ser um simples relatório de um simples Deputado do Maranhão que vai romper a fronteira e a fortaleza que há em Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade, informo que o Sr. Relator concordou em retirar o relatório para que possamos conversar posteriormente. Vou passar a palavra aos Srs. Deputados, pedindo um pouco de celeridade, já que não está em discussão o relatório do Deputado Domingos Dutra.

Passo a palavra ao Deputado Alexandre Silveira.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres pares, eu não poderia deixar de voltar a usar a palavra apenas para ressaltar que comungo das palavras do Deputado Carlos Sampaio quando ressalta que a convivência com o Deputado Domingos Dutra na Relatoria da CPI tem sido a melhor. S.Exa tem sido ponderado e prudente até a apresentação desse relatório. Eu gostaria de deixar claro também, agora que acabei de lê-lo, que vejo aqui equívocos muito veementes, muito claros.

Vou citar um exemplo, Deputado Domingos Dutra. V.Exa. citou que o Delegado Wanderlei — só para mostrar que realmente deveria ser discutido —





lavrou o auto de prisão em flagrante contra 25 detentos. Não foi o Delegado Wanderlei, foi o Deputado Paulo César. E outras coisas que expõem A, B ou C sem necessidade e às vezes sem embasamento técnico.

Eu acho que a CPI tem um caráter político, mas uma CPI como esta deve ter principalmente — e o Deputado Carlos Sampaio foi muito feliz nisso — um corpo técnico que venha nos dar todo o respaldo, toda a condição de poder fazer as proposições que nós queremos fazer para a melhoria do sistema carcerário, que está falido no Brasil e não é diferente em Minas. O Secretário de Defesa Social disse isso o tempo todo. Mostrou números, disse que Minas tem avançado substancialmente, que todos os esforços têm sido feitos, mas que diante da demanda reprimida nesse setor ainda é muito aquém o que o Governo do Estado pode fazer. E isso está sendo reconhecido por todos nós.

Queria dizer também que não há qualquer intenção de nossa parte, como foi dito pelo Deputado Domingos Dutra, de fazer defesa do Governador A, B ou C. Muito pelo contrário, já fui do partido do Relator, com muito orgulho, e espero ter cumprido o mister a mim incumbido. A nossa preocupação, Deputado Domingos Dutra, é simplesmente ter cuidado para que não venhamos a prejudicar a imagem de uma instituição, a generalizar ou mesmo a prejudicar pessoas que não tenham envolvimento específico no caso.

Por isso, queria agradecer a compreensão de V.Exa. ao retirar o relatório e dizer que é possível, sim, encontrar um entendimento acerca disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos 24 anos da minha vida, exerci o cargo de Delegado de Polícia Federal, na maior parte desse tempo presidindo o que chamamos de inquérito policial, que tem por objetivo investigar a prática e a autoria de crime. A Comissão Parlamentar de Inquérito, acredito eu, não difere muito nesse tipo de ação. Quando vejo que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, com a vontade de seus membros, vem apontando uma série de medidas que devem ser adotadas, fico um pouco com receio daquilo que chamo, na investigação policial, de se abrir o leque de uma forma





tal que, depois, não tenhamos como concluir. É o que se chama, como muito bem dito pelo nobre Deputado, de perda de foco.

No meu entender, como poderíamos caminhar com o objetivo de buscar aquilo que todos nós desejamos, que é um aprimoramento e uma melhora do sistema penitenciário do País? Até porque entendo que Comissão Parlamentar de Inquérito não tem como único objetivo apurar culpa ou mesmo dolo — para fazermos uma diferenciação, uns por culpa e outros por dolo — em uma determinada situação. Ela tem, sim, por objetivo primeiro averiguar a situação para que possamos, enquanto representantes do povo, propor medidas para melhoria e, acima de tudo, propor novas leis que ajudarão a aprimorar o sistema penitenciário no País.

Então, eu gostaria de chamar os colegas a uma reflexão no sentido de dizer que o sistema carcerário no País é um caos, mas não é um caos em Minas, não é um caos no meu Estado, o Rio de Janeiro, não é um caos em São Paulo ou no Maranhão; é um caos em todo o País.

Fica aqui uma sugestão, uma humilde sugestão, no sentido de que tínhamos que trabalhar, acima de tudo, com a radiografia do sistema. Qual é a radiografia do sistema hoje? Quais foram os investimentos feitos nessa área, vamos dizer, nos últimos 10 anos? Vamos solicitar aos órgãos competentes e aos competentes desses órgãos que aqui compareçam e nos prestem essas informações. Ou seja, qual é o recurso orçamentário para o sistema penitenciário no País? Quanto se arrecadou? Quanto se investiu? A partir daí, podemos direcionar em determinadas localidades e fazer o comparativo. A oitiva de determinadas situações é *a posteriori*. Não há como ouvir antes de colher os dados necessários, até para sabermos se um Estado investiu menos ou investiu mais; se a própria União investiu menos ou investiu mais nessa área. Se formos examinar, à luz da razão, a culpa — e não o dolo — sobrarão para todos, tanto a nível federal como a nível dos Estados. E, acima de tudo, não pelo que hoje já existe de problema dentro do sistema, mas por aquilo que ainda não se fez, por exemplo, como o cumprimento dos mandados de prisão porque o sistema está inchado.

E eu vejo essa questão também sob uma outra ótica, um outro aspecto. Tenho visto, nos últimos anos, uma política liberalizante por parte do Ministério da



Justiça, que tem como pano de fundo a incapacidade de manter presos os presos e a incapacidade de fazer investimento no sistema penitenciário, fazendo com que venham leis frouxas para o Congresso Nacional, permitindo que indivíduos que não deveriam voltar às ruas estejam nas ruas. Vejo o fim do exame criminológico, tão necessário para saber se o indivíduo está apto ou não ao convívio com a sociedade. Vejo, sim, dolo e culpa daqueles que não querem investir no sistema e usam o método mais simples e mais fácil, que é o de lavar as mãos e retornar às ruas, colocando em perigo o cidadão de bem, aqueles que não podem voltar ao convívio social.

Então, por isso, Sr. Presidente, nobres pares...

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Deputado Itagiba, V.Exa. me concederia um aparte nesse ponto da sua prévia?

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Pois não, Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Estou inteiramente de acordo com V.Exa. Queria aduzir, para que a Mesa, que vai conduzir esse trabalho, tome conhecimento, que eu sou, também, inteiramente favorável à proposta do Deputado Carlos Sampaio, no que tange à necessidade de uma relatoria, uma sub-relatoria de sistematização de todos esses informes que chegam à CPI, de modo que não percamos o foco. E mais: já se encontra na Mesa proposta de minha autoria para uma outra sub-relatoria, para examinar a Lei de Execução Penal e seus satélites, de modo que possamos conhecer essas entranhas a que V.Exa., Deputado Itagiba, acaba de se referir. Porque uma coisa é a lei — lei muito bonita para a Suíça, para a Espanha; outra coisa é como a lei está sendo implementada. E, aí, tentarmos, eventualmente, chegar ao culpado ou ao doloso, por conta de sua ação ou de sua omissão.

Agradeço, Deputado Itagiba.

**O SR. DEPUTADO TALMIR** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Pela ordem, Deputado Talmir.

**O SR. DEPUTADO TALMIR** - Eu acredito que deva ser seguido o Regimento Interno para que se dê continuidade aos trabalhos: se é para provar, se é para retirar



de pauta, como é que vai ser. Nós temos requerimentos, temos trabalho avante. Tudo isso vai ser discutido em outros momentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

Na realidade, a Presidência dos trabalhos decidiu passar a palavra aos Srs. Deputados, já que o requerimento está em discussão. Mas, como temos vários inscritos... Nós temos o Deputado Marcelo Itagiba para terminar e, posteriormente, o Deputado William Woo, para continuarmos a votar a pauta.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, graças a Deus e graças ao povo brasileiro, todos somos iguais nesta Casa e todos faremos uso... e exerceremos esse direito de falar em nome dele. Portanto, acho oportuno e digno que todos os Parlamentares possam se manifestar.

Portanto, Sr. Presidente, para poder concluir a minha fala e o meu raciocínio, eu chamo os nobres colegas, imbuídos do melhor objetivo: que nós possamos reorganizar, como sugestão, a forma dos nossos trabalhos, para que possamos avançar e, em cima dos números, possamos discutir. E, a partir dos números, possamos, sim, convocar as pessoas para saber, de fato, por que as coisas não estão funcionando como deveriam funcionar.

E ainda chamo a atenção de todos para uma PEC que hoje se encontra aqui nesta Casa, que é a PEC referente à Defensoria Pública, porque sem Defensoria Pública não há como você dar condições àqueles que estão com prazo, dentro do sistema penitenciário, esgotado de poderem exercer e ter os seus direitos.

Por isso, acho que nós temos muito a trabalhar. Temos uma plêiade de membros nesta Comissão. E eu tenho certeza de que V.Exa., do alto da sua sabedoria e da sua competência, junto com o nosso Relator, saberá chamar o trabalho à ordem para que melhor possamos nos organizar, para que melhor possamos servir aos interesses do povo brasileiro e até mesmo daqueles que hoje se encontram dentro do sistema carcerário, que, muitas vezes, estão sofrendo no seu dia-a-dia uma violação brutal dos seus direitos humanos, porque no Brasil não se cumpre a lei. Ou seja, a Lei de Execução Penal não é cumprida, e é isso que nós vamos mostrar à população.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado aos meus nobre pares pela paciência que tiveram em me escutar. E agradeço a oportunidade de, mais uma vez, poder me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Agradeço as palavras de S.Exa., o Deputado Marcelo Itagiba.

Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado William Woo.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Presidente Bruno Rodrigues, Deputado Domingos Dutra, primeiramente queria parabenizar o Relator pelo bom senso, atendendo... Eu acho que, para o bom trabalho desta Comissão, esse relatório deve ser feito com a participação de todos que lá estiveram presentes. Eu não pude ter a oportunidade de acompanhar, mas acho que foi uma ação rápida da CPI. E há necessidade de acertarmos os termos.

Não concordo com V.Exa., Deputado Domingos Dutra, quando fala que, talvez, um simples relatório não derrube o Governador ou não mexa com ele. O trabalho da CPI, como um trabalho de inquérito, às vezes, por determinação ou por nosso trabalho... Enviaremos todas as medidas e os relatórios ao Ministério Público. Talvez o Governador tenha alguma estrutura melhor para se defender. Mas, às vezes, não foi até a sua própria intenção. Quando você fala que agentes públicos estão indiferentes à situação, pode criar uma problemática para funcionários que se dedicam a um trabalho tão árduo como a carreira de segurança pública, que hoje, no País, recebe muito mais. E tenho certeza de que há muitos bons funcionários públicos, quando a grande maioria...

Quando, talvez, na orientação para o trabalho, não tivemos os autos conclusivos, falar que tem que encaminhar delegados especiais ou peritos experientes é desconhecer o trabalho do funcionário. Tenho certeza de que todo trabalho, quando um perito exerce a função do seu laudo pericial, ele tem a capacidade de exercer. Dificilmente existe, talvez — eu acho que não tem no País —, uma Secretaria de Segurança Pública com uma delegacia de homicídios especializada que já tenha feito esse trabalho.

Quando se fala também na obrigação do defensor público, isso é lei, quando não há um defensor próprio. Mas estipularmos, já obrigando o Governo do Estado a



uma pensão aos seus familiares, pessoas que estavam sob tutela do Governo, é já concluirmos o inquérito, que a culpa foi do Estado. Eu acho que não devemos fazer essa recomendação, visto que não temos, ainda, um laudo no final, uma conclusão e um julgamento do inquérito das causas do incidente das mortes e se não foram, pelo que me parece, provocadas pelos próprios detentos, nessa situação.

Pediria a retirada disso, numa questão que... Hoje temos no País policiais sendo mortos, policiais que estão sendo baleados, e não há um respaldo para alguém defendê-los nem para pensar na pensão de seus familiares.

Só para encerrar, Presidente, gostaria realmente do cumprimento da formalidade. Eu não sei se houve erro da minha assessoria, mas até 24 horas antes desta reunião eu não tinha recebido essa pauta com os requerimentos e com as ementas dos requerimentos para a data de hoje.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Último orador inscrito, para terminar, Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de dar, primeiramente, uma sugestão à Presidência desta CPI, porque, em relação ao fato ocorrido em Minas Gerais, na tragédia de Ponte Nova, eu, como titular desta CPI, em momento algum fui convidado para estar presente. Então, eu acho que deve haver maior integração entre os titulares e os suplentes desta Comissão para que realmente os trabalhos venham a ter maior significado.

Quero aproveitar esta oportunidade também e agradecer aos nobres pares que assinaram o requerimento de minha autoria para que seja convocado para prestar esclarecimentos o Sr. Rubens Monteiro de Carvalho, Coronel da PM, que é Secretário da Secretaria de Administração Penitenciária do meu Estado, o Rio de Janeiro. Eu não tenho dúvida de que ele terá muito a contribuir com esta Comissão.

Quero agradecer também aos nobres companheiros do Estado do Rio de Janeiro: o Deputado Marcelo Itagiba, que, sem dúvida alguma, irá contribuir muito para esta Comissão; o amigo e companheiro, Deputado Ayrton Xerez, que também estava fazendo esse requerimento, e eu acabei me antecipando. Porém, eu acho que o Rio de Janeiro e o Brasil terão muito a se beneficiar com esses fatos.



Quero agradecer-lhes e colocar à disposição minha juventude para participar, porque realmente o sistema tem muito a mudar. Então, estamos aqui para contribuir, com vontade de trabalhar para melhorar nosso Estado, nosso País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu queria agradecer ao Deputado Felipe Bornier as palavras e também ao Deputado Domingos Dutra pela retirada do relatório.

Passaremos agora à discussão da pauta.

Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem. Eu gostaria apenas de deixar registrado aqui, já que fui citado pelo Deputado Ayrton Xerez, por quem tenho grande apreço e consideração, que não há, Sr. Presidente, nenhum clima de beligerância, como diz o Deputado Ayrton Xerez. Aqui há apenas um esforço de todos nós. Pelo menos, penso, daqueles que têm alguma história na vida da advocacia, ou na carreira policial, ou na Magistratura, ou no Ministério Público, para que nós possamos ter aqui, meu caro Deputado Ayrton Xerez, uma CPI atenta à sua formalidade, com a necessidade de ter esse tipo de precaução. Apenas isso. Não há beligerância pessoal. Há apenas um esforço, pelo menos deste Parlamentar — e penso que comungaram comigo alguns outros —, no sentido de que nós tenhamos muita calma, não sejamos precipitados, porque aqui estamos investidos de um mister da maior importância e precisamos, portanto, ser cautelosos nos trabalhos desta Comissão para que não surjam culpados que, na verdade, foram considerados culpados de forma precipitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Dando continuidade aos trabalhos, iniciaremos agora a apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 49/07, do Deputado Dr. Talmir, que “requer sejam convidados a prestar esclarecimentos no âmbito desta CPI o Dr. Mário Coimbra, Promotor Criminal da Comarca de Presidente Prudente, e o Dr. Francisco Galindo, Presidente da OAB de Presidente Prudente”.

Com a palavra o Deputado Dr. Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Sr. Presidente, a justificativa é que a região de Presidente Prudente e Oeste Paulista possui hoje a maior concentração



de presídios e de presidiários não só do Brasil, mas de todo o mundo. Hoje, são aproximadamente 20 mil presidiários nos diversos estabelecimentos penais existentes na região. E isso vem causando uma série de transtornos não só na região, mas no Estado de São Paulo.

As pessoas indicadas estão diretamente ligadas à situação e conhecem como ninguém os problemas existentes nesses estabelecimentos prisionais. E com esse conhecimento poderão contribuir para alavancar as decisões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Considerando-se os conhecimentos e as condições de cada um dos citados, solicitamos a aprovação do presente requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A matéria está em discussão.

Deputado Carlos Sampaio com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, eu queria louvar a iniciativa do Deputado Dr. Talmir e dizer que, no conteúdo, sou totalmente favorável. Faço tão-somente uma sugestão quanto à forma, Deputado Dr. Talmir. Houve uma referência expressa ao art. 255 do Regimento Interno, que se refere a audiências públicas, e não ocorrem audiências públicas em CPI. Então, apenas para que nós possamos ajustar... Como já disseram o Relator e o Presidente, faremos um seminário sobre os temas que serão apresentados por S.Exas. ao longo desta CPI. Que ambos sejam convidados para ter assento nesse seminário tão-somente por uma questão de formalismo, porque o art. 255 fala em audiência pública, e elas não podem ocorrer em CPIs.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a concordância do proponente.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dando continuidade...





Requerimento nº 50/07, do Sr. Deputado Dr. Talmir, que “requer, ouvido o Plenário desta CPI, seja criada Comissão Especial para realizar a missão de visitar *in loco* unidades prisionais no Estado de São Paulo”.

A Presidência...

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Diligências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - É. Eu queria retirar de pauta e devolver ao autor para que nós possamos reformular os termos, por 2 motivos. Primeiro, a questão que V.Exa. coloca agora, das diligências, bem como... Peço a V.Exa. que designe quais unidades prisionais, especificamente.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Já foram designadas: Presídio de Segurança Máxima de Presidente Bernardes, que é o primeiro do Brasil em referência; (*ininteligível*) sexual, de Oswaldo Cruz; tráfico de drogas, de Pracinha; homicídio, de Paraguaçu Paulista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Em votação as diligências aos presídios apresentados pelo autor.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Na sessão anterior, de terça-feira, houve muitos questionamentos: se convidava, se convocava... Houve questionamento sobre se o depoimento de convidados poderia estar ou não no relatório final. E já nesta sessão o Deputado Carlos Sampaio e o próprio Deputado Abi-Ackel também levantam questionamentos sobre procedimento. Em todos esses requerimentos estão convidados. Eu preferiria que tivéssemos um entendimento sobre procedimento. Ou convocamos todo mundo, para ter força de lei, ou convidamos todo mundo. Porque a minha preocupação, a partir dos questionamentos, é de que fiquemos convidando todos. Convidado não é obrigatório... Depois, vai surgir uma série de questionamentos sobre a legalidade



desses convites. Não sei se seria prudente, já que estamos começando os trabalhos da Comissão e já há um nível de tensão razoável aqui. Eu pressuponho que esse nível de tensão tenda a crescer. Não vejo como ele diminuir. Portanto, vamos ter que votar aqui.

Levanto a seguinte questão de ordem para V.Exa.: se não seria prudente, assim como foi sugerido na audiência passada, ouvir a assessoria jurídica desta Casa, de tal forma que estabeleçamos o procedimento. Ou é todo mundo convocado ou é convidado. De tal forma que não possamos, uma hora, convocar... Na hora em que for um preso, aquele que é mais desprotegido, convocamos. Na hora em que for um político qualquer, que tem proteção, convidamos.

Portanto, eu acho que seria mais prudente, para acertarmos no começo, que houvesse um entendimento sobre o procedimento. Se tiver que votar aqui sobre procedimento, vota-se. Mas que possamos ter um procedimento único sobre essa questão de convidar ou convocar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Se me permite, eu concordo com o Deputado Domingos, com o ilustre Relator, mas vou além. Se V.Exa. me permitisse ir um pouco na linha do que disse o Deputado Itagiba, talvez na semana que vem nós pudéssemos fazer uma reunião com o Presidente, com V.Exa. e com alguns membros, porque talvez tenhamos atropelado um pouco o processo no sentido de que iremos realizar um seminário ou audiências públicas. A questão do convite ou da convocação é uma questão de formalismo e não de conteúdo. Mas o meu receio é que venhamos a trilhar um caminho que fuja ao próprio organograma de V.Exa. Nós temos um organograma apresentado, aprovado. Só que houve uma quantidade de aprovação de audiências de testemunhas nas 2 primeiras reuniões que eu temo que nós venhamos, como já disse — e o Deputado Itagiba disse também —, a perder o foco. Com uma reunião na próxima semana, eu tenho certeza absoluta de que nós chegaremos a um consenso de qual vai ser a metodologia de trabalho — começo, meio e fim — daqueles aprovados, quais são prioritários para o Relator, e



assim por diante. A partir dali, nós teremos, aí, sim, um caminho a trilhar, repito, com começo, meio e fim. A minha sugestão vai um pouco além da de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Em aditamento a essas propostas, que são propostas lúcidas e que tendem a estabelecer um planejamento para esta Comissão, eu também queria ir ainda um pouquinho além do que propôs o Deputado Carlos Sampaio. Eu acho que nós poderíamos ter hoje, já prospectivamente, uma visão de que resultados nós seremos capazes de produzir. Ou seja, depois das oitivas, das audiências, das vistorias e diligências aos locais, seria da nossa incumbência tomar providências. Por exemplo: encaminhar denúncias ao Ministério Público, encaminhar proposições aos Governadores de Estado, com vista aos Secretários. Era sobre esse aspecto que a assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito deveria também prospectar, senão nós vamos continuar aqui 3, 4 meses, com uma série de reuniões muito elucidativas... Mas como atingir os verdadeiros resultados que nós queremos atingir? Como? Quais os mecanismos legais? Lá na frente é que nós vamos pensar nisso? Não, nós temos que pensar nisso agora e deixar essas providências prontas, na artilharia, para podermos demandar tão logo já tenhamos condição de conhecer os conteúdos, as formas e as soluções que nós vamos implementar. É a sugestão que eu queria passar em aditamento às anteriores. Ou seja, a Direção da CPI — o Sr. Presidente, os Srs. Vice-Presidentes, a assessoria — tem uma responsabilidade muito grande, que é a de nos indicar um farol para que o nosso trabalho não redunde em nada, como de vez em quando acontece — de vez em quando; nem sempre, mas de vez em quando. Para que não aconteça, nós precisamos conhecer o início, o meio e o fim, efetivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu agradeço as palavras do Deputado Ayrton Xerez e do Deputado Carlos Sampaio também.

Eu queria só deixar agendado, já que acho que é desejo de todos: na próxima terça-feira, nós teremos uma reunião ordinária da Comissão às 14h. Então, nós faríamos, às 14h, uma reunião interna da CPI para tratar dos procedimentos, das



formalidades, e, a partir das 15h, a reunião ordinária da nossa Comissão. Todos estão de acordo?

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, essa reunião será uma reunião de trabalho na sala da Presidência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Internamente, só com os Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Presidente, eu gostaria de fazer eco aos ilustres companheiros que me antecederam. Entendo o mérito e a necessidade de cada um de nós buscarmos nos nossos Estados as experiências pessoais de alguns agentes envolvidos no processo para discussão. Mas, se nós formos descer a essas minúcias, não vamos, no meu entender, no meu humilde entender, chegar a lugar nenhum. Eu acho que essa reunião que V.Exa. propõe é muito importante para que, justamente, possamos traçar quais são os objetivos.

Então, eu acho que existe o macro. Para chegar ao micro de ouvir alguém numa determinada cidade, nós temos que ouvir o macro. E existem, vamos dizer, personagens centrais desse processo, que são, por exemplo, os juízes de execuções penais nas maiores cidades brasileiras; em segundo lugar, o Ministério Público nessas localidades, também vinculado à Vara de Execuções Penais; a Pastoral Carcerária, que, com certeza, vai nos trazer elementos sobre uma visão da própria Igreja na questão relativa aos presos. Ouvir o órgão central. Nós não podemos começar nada sem ouvir o órgão central do sistema, que está no Ministério da Justiça, que é o DEPEN, que já tem uma radiografia do sistema pronto.

Então, eu reconheço o esforço de cada um dos companheiros, de cada um dos colegas de trazer a sua preocupação regional, mas acho que isso deve ser o segundo passo, porque, se nós não dermos o primeiro e começarmos pelo segundo, não vamos chegar àquilo que todos chamamos de foco.

Sr. Presidente, eu fico muito preocupado com essa série de requerimentos que nós estamos aprovando, que irão levar esta CPI — nós todos sabemos disso —



a ser encerrada sem nenhuma conclusão e sem sequer ter ouvido todas as pessoas listadas e elencadas para serem ouvidas.

Eu entendo que todos aqueles que comparecem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito são, sim, convocados. Não são convidados. Isto aqui não é uma audiência pública com o objetivo de entender e compreender o sistema. É uma investigação que se está fazendo, e as pessoas que aqui comparecerem serão convocadas. E eu acho que nós precisamos traçar os nossos próprios limites, sob pena de avançarmos e não termos como concluir o trabalho tão importante que todos nós desejamos realizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu agradeço ao Deputado Marcelo Itagiba. Inclusive....

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, só para contribuir.

Deputado Itagiba, nós aprovamos aqui, por unanimidade, um cronograma de trabalho. Nós aprovamos um conjunto de requerimentos. E eu, junto com a assessoria... Ontem, tivemos o trabalho de aproximar vários itens do cronograma de trabalho. Colocamos dentro desses itens as pessoas que foram convidadas para esse diagnóstico. Estamos apresentando a cada Parlamentar os convidados, os temas e as datas.

Portanto, essa preocupação de V.Exa. está aqui. O que nós sugerimos? Na terça-feira, além das questões administrativas de procedimento, cada um já se manifeste sobre esse cronograma. Nós estabelecemos 30 dias para o diagnóstico. Aqui está o DEPEN, aqui estão os Secretários de Estado, aqui têm pessoas que entendem das facções criminosas, Pastoral Carcerária, experiências como a da APAC, nesses 30 dias. E em seguida vêm as visitas. Portanto, eu queria — não sei se atende V.Exa. para terça-feira — fechar esse cronograma nesses 30 dias.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Se V.Exa. me permitisse, eu gostaria de conclamar os companheiros todos, inclusive eu, que subscrevi um requerimento do ilustre Deputado Felipe Borrarei no sentido de que nós retiremos os nossos pedidos para que reorganizemos, nessa reunião privada que iremos ter para dar o foco. Vamos retirar todos esses requerimentos e vamos apresentar esses requerimentos como um consenso, porque senão fica aquele constrangimento: eu não quero votar contra um requerimento que é importante para o trabalho político de



determinado colega na sua base; então, eu não voto contra. E ficamos trabalhando com os constrangimentos. E vamos criar um constrangimento maior, que é o de não chegar a lugar nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu quero me incorporar às palavras do Deputado Marcelo Itagiba. Entendo também que aqui na CPI não deveria haver convites, deveria haver convocação, seja como testemunha, seja como investigado. Acho a proposta de V.Exa. muito pertinente, perfeita até.

Então, eu colocaria em discussão, primeiro, ouvindo os autores dos requerimentos... Nós poderíamos retirá-los para, na próxima terça-feira, na reunião interna da CPI, ajustar os procedimentos. E, evidentemente, a partir das 15h, nós teríamos a sessão ordinária. Então, eu indago — para ouvir os Deputados autores, como o Deputado Dr. Talmir, o Deputado Domingos Dutra, nobre Relator, a Deputada Cida Diogo, que não está presente — se nós poderíamos retirá-los para que na próxima terça-feira nós pudéssemos discutir internamente e, a partir daí, votar os requerimentos.

Escuto o nobre Deputado Dr. Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Presidente Bruno, eu não concordo. Acho que a fala do Deputado deveria ter sido feita antes da reunião. Acho que ela deveria ter sido dirigida ao Presidente, ao Relator. Então, eu acho que argumentação como essa, que está interferindo no andamento da sessão, não é conveniente, porque já foi dito diversas, inclusive pelo Relator e pelo Presidente, em outras reuniões, que os requerimentos seriam aprovados e depois seriam feitas as reuniões para, justamente, ajustar no tempo o cronograma do nosso trabalho. Então, eu não concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito. Já que não tem consenso, Deputado Talmir...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Vou fazer um apelo aos colegas: aqueles que estiverem de acordo com a tese por mim esboçada rejeitem todos os requerimentos feitos por todos nós, para que possamos reorganizar os trabalhos.

Esse seria, então, o meu apelo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Já que não houve consenso, daremos continuidade aos trabalhos.





Requerimento nº 51/07, do Deputado Dr. Talmir, que “requer sejam convidados a prestar esclarecimentos no âmbito desta CPI os senhores: Dr. Luciano César Orlando, Diretor do Centro de Readaptação da Penitenciária de Presidente Bernardes, e Dr. Antônio Ferreira Pinto, Secretário de Administração Penitenciária — ambos do Estado de São Paulo”.

Com a palavra o nobre autor, Deputado Dr. Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Presidente, dentro daquele espírito de serem convidados para um seminário e considerando que no Estado de São Paulo já tivemos a história do Carandiru...Hoje nós temos aí a maior concentração de presídios, na região de Presidente Prudente. Inclusive, depois da implosão do Carandiru, a maioria deles foi para a nossa região. Então, eu gostaria que os pares levassem em consideração, para a aprovação desse requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Então, ficariam convidados para o seminário que a CPI irá fazer?

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A matéria está em discussão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - O Relator, Deputado Domingos Dutra, tem preferência.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu sou a favor do requerimento, porque nós aprovamos aqui um organograma. Na audiência anterior, reclamou-se porque nós apresentamos vários requerimentos. Se eu não tivesse apresentado requerimento, tínhamos perdido 1 semana ou pelo menos 2 dias. É preciso apresentar os requerimentos dentro do organograma para podermos organizar, porque, se nós aprovamos 30 dias, nós vamos ter uma radiografia. Vamos fazer como? Ouvindo quem faz a gestão do sistema, ouvindo as autoridades do DEPEN, e assim por diante. A segunda etapa são as visitas. Se não se faz requerimento para visitar a penitenciária no Maranhão, no Piauí, como nós vamos organizar esse calendário? Portanto, aprovam-se os requerimentos, a Relatoria organiza e submete... Como eu submeti ainda há pouco, aqui, para todos. Dentro da primeira etapa e daquilo que tinha sido aprovado, apresentei uma proposta de data de





audiências, horários e quem vai ser convidado. Sem esses requerimentos, retardamos, perdemos tempo. CPI tem tempo. Isto aqui não é uma Comissão Permanente. Portanto, sou a favor do requerimento para que nos reorganizemos. E acho que o clima aqui é que, uma vez aprovado o requerimento de todos, nós, de comum acordo, estabelecemos quem vai ser ouvido, qual o melhor momento, qual penitenciária vai ser ouvida. Não vejo nenhum prejuízo, já que nós vamos reorganizar o calendário e vamos decidir, de comum acordo ou pelo voto, o calendário aprovado. Agora, sem requerimento, é muito difícil a CPI andar.

**O SR. DEPUTADO AIRTON XEREZ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Carlos Sampaio com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, acho que a iniciativa é nobre por parte do Deputado Talmir, mas eu faço uma ponderação. Reitero a minha preocupação com o formalismo que deve nortear os trabalhos desta CPI. Foi aprovado um requerimento de convocação do Secretário Antônio Ferreira Pinto, Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo. Ele já está convocado. Agora está sendo... Eu ia pedir esclarecimentos sobre o que seria... Eu ia pedir que o Deputado explicitasse o que seria o prestar esclarecimentos. Queria até sugerir que fosse sob compromisso.

O Deputado Itagiba, eu e outros comentamos sobre essa questão da celeridade com que estamos aprovando os requerimentos para que não haja duplicidade de requerimentos. E, mais do que isso, requerimentos contraditórios: um convocando, o outro convidando para participar de um seminário.

Acho que temos que ter essa cautela, nessa reunião que vamos fazer, de trabalho, às 14h, na terça-feira, de traçarmos uma prioridade, dentro do organograma aprovado pelo Relator, que é um organograma que tem uma sistematização adequada. O meu receio é este: os técnicos que vão assessorar V.Exa., o Presidente e o Relator já vão se deparar com essa incongruência, caso aprovemos. Ou seja, o Secretário Ferreira virá aqui convocado, prestando compromisso, ou irá ao seminário, uma vez que estamos aprovando ambos? Ou ele irá em ambos? Aí a indagação: há necessidade de ir em ambos? Há necessidade de ouvi-lo novamente?



Por isso, eu acho que a medida sugerida para que pensássemos melhor sobre os requerimentos... Faço um novo apelo ao Deputado Talmir no sentido de que possamos pensar um pouco até terça-feira, porque, em todos os requerimentos dele, eu não tenho nenhum senão quanto ao conteúdo. Eu ia tão-somente pedir esclarecimentos quanto à forma, porque concordo com todos eles.

É nesse sentido que apelo novamente ao Deputado Dr. Talmir, para que possamos fazer a retirada, para que, efetivamente, façamos a discussão na terça-feira, às 14h.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Felipe Bornier com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou de acordo com o Deputado Marcelo Itagiba, mas eu quero alertar principalmente os Deputados do Rio de Janeiro aqui presentes, o Deputado Ayrton Xerez e o Deputado Marcelo Itagiba, para que dêem uma olhada na cronologia que vem sendo adotada nesta CPI. Por exemplo, na quinta audiência, marcada para 27 de setembro, às 10h, com o tema "A gestão do sistema carcerário no respectivo Estado e o convite dos Secretários de Estado de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal"...

Eu, como membro titular desta CPI, integrante do meu Estado do Rio de Janeiro, como os demais, acho inadmissível que não seja convidado... Por isso, coloquei o requerimento, que realmente teve a colaboração dos nobres pares, para que seja incluso, sim... Estou de acordo, sou favorável a que tenhamos realmente essa reunião para que possamos colocar em prática a organização desta CPI. Mas não aceito que realmente seja excluído o meu Estado, que estou aqui representando.

Então, desde já agradeço. Estou aqui para colaborar. Porém, vamos colocar mais o Rio de Janeiro para participar desta CPI.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Presidente, Deputado Bruno Rodrigues, o Deputado Felipe Bornier acabou de traduzir também, com muita felicidade, aspectos que decorrem da falta de planejamento. O comando da CPI



precisa ter à sua frente um quadro geral não só do cronograma de atividades internas e externas, como também um cronograma das audiências públicas, porque daí ele poderá verificar que determinado personagem foi convocado ou convidado. E ele talvez tenha um nível de importância inferior a outro que deixou de ser convidado. Nós estamos entrando num barco sem saber onde é a proa ou onde é a popa; se tem boreste, se tem bombordo; se tem comandante, se tem portaló.

É preciso que a Direção da CPI primeiro se organize e depois dite as regras para serem votadas pelos Parlamentares. Sou favorável à proposição do Deputado Marcelo Itagiba. Sou contra a apreciação de quaisquer requerimentos nas condições em que nós estamos examinando na data de hoje.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu queria, antes de passar a palavra aos Srs. Deputados — a Maria do Carmo está inscrita e o Deputado Paulo Abi-Ackel —, fazer, mais uma vez, um apelo a S.Exa., o Deputado Dr. Talmir, para que nós possamos retirar os requerimentos. E, a partir de terça-feira, nós votaríamos, inclusive com prioridade, os que já estão na pauta.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Não, eu não retiro nenhum requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Então...

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Não os retiro, porque já foram aprovados.

Alguns Parlamentares devem ter-se ausentado daqui, inclusive, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Da mesma maneira que foram aprovados em reuniões anteriores, eu acho que é realmente um descaso. Querem desmontar uma CPI. O nosso Relator e o Presidente estão bem organizados mentalmente, inclusive aqui, com propostas cronológicas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - ...que podem nos passar, um dia chamando-nos, em um momento, fora da reunião, para discutir sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Não havendo consenso, colocaremos em votação.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Eu quero falar antes.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputada Maria do Carmo com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA** - Presidente e Relator, eu acho que podemos chegar a um acordo, porque, se for pôr em votação, não haverá consenso. Quero fazer um apelo aos colegas Deputados e colocar... Eu não participei do início desta sessão, mas participei das outras sessões, inclusive da oitava em Minas Gerais. Quando voltar o relatório, quero falar sobre o que vi e o que penso. Eu sei que houve um debate aqui, mas não quero falar do debate agora. Eu queria fazer um apelo. É o seguinte: foi decidido nas outras reuniões... O que o nosso Relator está dizendo, o Deputado Domingos Dutra — eu participei das outras reuniões —, é que foi decidido que se aprovariam os requerimentos e que os requerimentos, depois... Estariam fazendo uma proposta. Aqui tem uma proposta. Eu estou entendendo como uma proposta do Relator, Deputado. E essa proposta é em cima dos requerimentos que foram aprovados. Esta Comissão... O Relator trouxe essa proposta para que possamos ter uma visão do que é o trabalho que nós vamos fazer, o trabalho que nós vamos fazer. Essa proposta pode ser tirada, incluída, levantado nome e colocados outros Estados. E quero dizer... Porque, se cair esta sessão, nós temos um outro requerimento aqui, que não é meu, mas da Deputada Jusmari Oliveira. S.Exa. me pediu para poder falar do requerimento dela aqui, porque ela teve que se ausentar hoje da Câmara. Esse tipo de requerimento já foi aprovado numa outra Comissão aqui. Vai encaminhar uma equipe de pessoas — parece que é na Comissão de Direitos Humanos — para visitar a cadeia, o Complexo Policial da cidade de Barreiras, na Bahia. O que a Deputada está pedindo no requerimento dela? Que esta Comissão indique um Parlamentar para se fazer representar junto com a outra Comissão. Então, se cair a sessão... Porque, se nós formos votar, colegas Deputados, vai cair a sessão. Aí, não se vota nada. Então, eu estou querendo dizer a V.Exas... Eu estou fazendo um apelo, porque desde o primeiro momento, Deputado Itagiba, desde a primeira reunião — inclusive a visita que nós fizemos a Minas Gerais, ao meu Estado —, nós estamos trabalhando. A orientação do Presidente e a orientação do Relator é de que não o transformemos numa disputa política. E nós estamos fazendo esse trabalho com esse objetivo. Nós queremos que esta Comissão não fique só fazendo audiência pública, mas que



tenha um diagnóstico. Têm vários... Já tem o da Comissão de Segurança, têm outras Comissões onde nós podemos pegar material que existe. E que tenhamos proposta para o sistema carcerário, independente de se falar de Estado A, B ou C. Esse é o espírito da Comissão, das primeiras audiências, do Presidente e do Relator. Então, eu estou fazendo um apelo aos colegas. Se aprovássemos todos os requerimentos, que pudéssemos indicar o representante para acompanhar essa Comissão que já vai lá, da Deputada Jusmari Oliveira. Se cairmos, vão votar os primeiros requerimentos e já cai o outro. E que tenhamos esse requerimento com essa proposta do Relator para terça-feira, como ele já disse, para podermos aprová-lo. Então, é uma questão apenas de bom senso. Eu estou fazendo um apelo, é lógico. É o Regimento que prevalece, mas quero apelar aos colegas Deputados que aprovemos esses requerimentos para que a sessão não caia, porque, se for a votos, vai cair a sessão, nós sabemos. Não há *quorum*. Então, eu estou fazendo esse apelo aos Deputados. Acho que é o bom senso que vai reinar aqui. Eu tenho certeza de que nós vamos contribuir para esta Comissão sair, no final, com um diagnóstico e com propostas de ação, seja para o Estado, seja para o Governo Federal. Mas que seja um trabalho nesse nível.

Muito obrigada, colegas Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, apenas para colocar essa questão. Eu não tenho, *a priori*, nada contra o requerimento de ninguém. Eu não tenho nada pessoal com ninguém nem nada contra o requerimento. Os meus pronunciamentos são a favor da Comissão. Então, por exemplo, o nobre Deputado tem um requerimento a fazer para que seja convocado o Secretário de Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo. Eu acho que é importante. Agora, ao mesmo tempo, pelo que disse o nobre Deputado Bornier, ele já está convidado a vir a esta Comissão. Ou seja, está havendo um *bis in idem* nessa questão, criando-se um trabalho redobrado por parte da Comissão. É em função disso que eu estou chamando a atenção. Vamos reordenar os trabalhos. Não é nada contra nem a favor de ninguém. É a favor da Comissão, é a favor dos nossos



trabalho. Até porque nós sabemos que vai ser solicitada verificação de *quorum* e a sessão vai cair.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu volto, mais uma vez, até a ser repetitivo, porque a Comissão aprova, e depois voltamos atrás. Parece que não andamos. Nós já aprovamos um organograma por consenso. Na primeira sessão e na segunda, aprovou-se um conjunto de requerimentos para ouvir pessoas. O que o Relator fez? Apresentou organograma; pegou o que foi aprovado, colocou na primeira etapa. Isso aqui é só da primeira etapa, que está previsto para 30 dias. E ontem nós ficamos durante 3 horas com a assessoria tentando harmonizar as datas com os requerimentos aprovados para fazer esse diagnóstico. A segunda etapa são as visitas. Portanto, o que está escrito aqui, que o Deputado Felipe reclamou... Deputado Felipe, V.Exa. olhou a quinta audiência. Estamos propondo na quarta: Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo e Goiás. Parece-me que os Parlamentares não conseguem, antes de ler, para fazermos o debate, ter esse aprofundamento. Portanto, isso aqui é uma proposta, porque sem proposta não avançamos. Está se propondo que, na quinta-feira, baseado naquilo que já foi aprovado, se sente para se estabelecer esse cronograma.

Com relação às visitas, nós precisamos encontrar um procedimento. Quais são as penitenciárias, quais são as delegacias, quais são os Estados. Se houver comum acordo de que a Comissão inteira chega ao entendimento de escolher tais e tais Estados e tais e tais espaços, faz-se um requerimento só. Mas eu desconheço que se faça por outro meio que não seja o de requerimentos.

Então, eu queria, objetivamente, que a Comissão indicasse alguém para ir à Bahia, atendendo ao requerimento da Deputada Jusmari. Ela está pedindo apenas que se indique alguém e se tire os outros requerimentos, para que na terça-feira escolhamos um procedimento a partir daquilo que já aprovamos na primeira reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - A discussão está encerrada.

Eu queria colocar em votação o Requerimento nº 51, de 2007.

Os Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, pela ordem.





Eu gostaria, se não houver dissenso aqui, de colocar em votação a proposta do Relator em primeiro lugar. Se aprovada a proposta do Relator, as outras ficam prejudicadas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Concordo também com a proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Nobre Relator com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria só fazer um apelo ao Dr. Talmir. Já que ninguém está contra o requerimento, que se indique um representante para ir à Bahia, porque foi feito um acordo com a Deputado Jusmari de que hoje seria votado. Ela está querendo apenas decidir que um membro da CPI, numa diligência da Comissão de Direitos Humanos, indique. E os outros requerimentos, inclusive o meu e o da Deputada Iriny, fiquem para terça-feira, porque acho que ninguém é contra o mérito. E pediria que cada um examinasse a proposta que eu apresentei. E na terça-feira trazem as modificações, porque isso aqui é apenas um cronograma para ganharmos tempo. E também quem tiver sugestões de Estados para visitar, penitenciária, se for da Polícia Federal, se for casa de custódia, delegacia, traga para estabelecermos isso na terça-feira, porque nós já estamos com 10 dias de CPI, e temos 120.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Perfeito.

Eu queria encerrar a discussão.

O nobre Deputado Dr. Talmir não concorda com a proposição. Então, vai a votos.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - É, eu não concordo, porque esse requerimento já estava na pauta da reunião anterior. Foi retirado justamente junto com o da Deputada Jusmari. Eu concordo plenamente com o requerimento dela. Então, quero que seja levado em consideração o meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Em votação o Requerimento nº 51/07.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Peço verificação. Sr. Presidente.





**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, pedida a verificação, não vai haver *quorum*, a solicitação não vai ser atendida, a da Deputada Maria do Carmo não vai ser atendida, e nós não vamos indicar um membro para comparecer. Daí...

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - V.Exas. não estão querendo trabalhar. V.Exas. não estão querendo trabalhar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Deputado Talmir, todo mundo aqui está agindo com muita prudência, com muita coerência. Ninguém está ofendendo ninguém. V.Exa. quis colocar em votação. Agora, só o que faltava era V.Exa. exigir a aprovação. Aí não teria por que CPI.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - V.Exas. não estão querendo trabalhar. O problema é seriíssimo no Brasil.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, a proposta... V.Exa. não precisa dizer que é seriíssimo no País. Todos nós sabemos. O que eu quero é que V.Exa. compreenda...

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Não. O Relator, o Presidente estão trabalhando muito bem. Entendeu?

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas o seu requerimento contém impropriedades e não dá para aprová-lo formalmente, Deputado Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Mas como? Imagina!

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Imagina o quê? Regimentalmente não dá para aprová-lo. Tem impropriedades. Agora, o pleito da Deputada Maria do Carmo é oportuno. Tem que ter um membro acompanhando. V.Exa. é que, pela sua intransigência, não vai permitir que nenhum membro acompanhe a Comissão de Direitos Humanos. O Relator apelou a V.Exa. Eu, os outros membros estamos todos errados. V.Exa. está com a razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Indago ao Sr. Deputado Dr. Talmir se podemos dar continuidade à pauta. Ou V.Exa. pede a verificação?

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Pedi a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Rodrigues) - Pedida a verificação, não tendo número para deliberar, está encerrada a presente reunião e convocada outra



para terça-feira, dia 11 — às 14h reunião interna e às 15h reunião ordinária desta Comissão.